

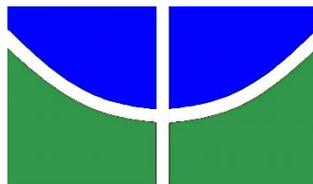
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LÍGIA CECÍLIA BORGES MOREIRA

**FORMANDO PEDAGOGOS (AS) PARA A DOCÊNCIA: O ESTÁGIO
SUPERVISIONADO II NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

BRASÍLIA - DF

2023



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS**

LÍGIA CECÍLIA BORGES MOREIRA

**FORMANDO PEDAGOGOS (AS) PARA A DOCÊNCIA: O ESTÁGIO
SUPERVISIONADO II NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de licenciada.

Orientadora: Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa.

BRASÍLIA-DF

2023

**FORMANDO PEDAGOGOS (AS) PARA A DOCÊNCIA: O ESTÁGIO
SUPERVISIONADO II NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de licenciada.

Aprovado em

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa – MTC/FE/UnB
Orientadora

Profa. Dra. Lucimara Gomes Oliveira de Moraes – TEF/FE/UnB
Examinadora

Profa. Dra. Leyvijane Albuquerque de Araújo – MTC/FE/UnB
Examinadora

Profa. Me. Quérem Dias de Oliveira Santos – MTC/FE/UnB
Examinadora

FICHA CATALOGRÁFICA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder o dom da vida.

À minha família, em especial à minha mãe Graça Moreira, por me acompanhar desde meus primeiros passos e à minha irmã Maria José e minhas sobrinhas por participarem da minha vida.

Aos meus filhos Ligiane e Erick Matheus, que sempre estiveram ao meu lado, juntamente com Carlos Henrique e Samylle.

Aos meus netos, Augusto e Alice, que representam inspirações para realizar a pedagogia no meu dia a dia pelo amor incondicional que eles representam.

A todos os professores da Universidade de Brasília, em especial à professora Dra. Etienne Baldez, por toda paciência e presteza nessa fase de orientação deste trabalho.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras da Universidade de Brasília, por tornarem possível o ensino público de qualidade.

Na minha trajetória muitos desafios me foram postos, mas com persistência pude continuar a caminhada até concluir esta etapa da minha vida.

MEMORIAL

Ao redigir este memorial, é impossível não refletir sobre a trajetória que me trouxe até aqui, na busca pelo conhecimento e pela compreensão mais profunda da educação. Neste relato, pretendo enfatizar a singularidade da minha jornada acadêmica, marcada pela decisão de retornar à Universidade para cursar Pedagogia, após muitos anos desde minha primeira graduação.

Meu primeiro ingresso na Universidade de Brasília (UNB) ocorreu em 1992, no curso de Ciências Contábeis, onde me formei e trabalho atualmente na área. A primeira graduação foi um momento desafiador, pois já tinha dois filhos e precisava conciliar a maternidade com os estudos. Apesar dos desafios, me formei e conquistei um emprego estável que me possibilitou investir nos estudos dos meus filhos.

Muitos anos depois, resolvi retornar aos estudos. Estava com a intenção de cursar Direito, contudo a Pedagogia me encantou e resolvi iniciar. Por vezes quis desistir por cansaço e tempo, mas a persistência e o encanto pelo conhecimento do curso de pedagogia ajudaram-me a chegar até aqui.

Ao tomar a decisão de embarcar nesta segunda graduação em Pedagogia, estava ciente dos desafios que viriam pela frente. O fato de já ser mãe de dois filhos maiores de idade já formados e avó de dois netos (uma no “forninho”) adicionou uma dimensão única à minha experiência acadêmica. O equilíbrio entre as responsabilidades profissionais, familiares e os compromissos acadêmicos tornou-se uma parte fundamental do meu cotidiano, me obrigando a testar e desenvolver habilidades de gestão do tempo e priorização.

Hoje trabalho com contabilidade, mas foi a partir da vivência no Estágio Supervisionado II que surgiu o sentimento de vivenciar no mercado de trabalho a docência, para que eu possa colaborar de alguma forma na formação e aprendizagens dos estudantes, tanto com crianças como na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Assim, a vivência da teoria com a prática durante o curso foi peça fundamental para que esse sentimento aflorasse e pudesse me permitir a elaboração deste trabalho. Sigo empenhada na transformação por meio da educação.

Este breve relato busca transmitir não apenas minha história pessoal, mas também destacar a importância da educação como força propulsora de transformação. A UnB, como minha casa acadêmica, tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, permitindo-me sonhar e realizar os objetivos que delineei ao iniciar esta segunda graduação em Pedagogia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Uma disciplina, uma formação teórico-prática: as proposições formativas no Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI)	10
Um campo de estágio, uma formação específica: a perspectiva do estágio na relação com EJAI.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

FORMANDO PEDAGOGOS (AS) PARA A DOCÊNCIA: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO II NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Lígia Cecília Borges Moreira¹

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada²

RESUMO

No curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UnB, o Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório que permite a integração entre a teoria estudada na referida disciplina com a prática experienciada no campo de estágio. A partir da vivência experienciada pela discente durante sua graduação, o objetivo deste trabalho foi analisar a importância do estágio na formação em Pedagogia, em especial compreender a união da teoria e da prática, bem como investigar a estrutura curricular da disciplina, por meio do plano de ensino elaborado, considerando a Educação de Jovens e Adultos (EJAI). Os métodos e técnicas utilizadas no trabalho foram o estudo de caso no CESAS e pesquisa documental do Projeto Político Pedagógico do Curso. Como resultados obtidos, reforça-se a necessidade da articulação do estágio com a discussão teórica para uma formação de qualidade do (a) futuro (a) docente, pensando a estrutura curricular e estabelecendo critérios norteadores para a realização da prática escolar.

Palavras-chave: Pedagogia. Estágio Supervisionado. Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Teoria e prática.

ABSTRACT

In the Pedagogy course at the Faculty of Education at UnB, the Supervised Internship is a mandatory curricular component that allows integration between the theory studied in that discipline with the practice experienced in the internship field. Based on the experience experienced by the student during her graduation, the objective of this work was to analyze the importance of the internship in Pedagogy training, in particular understanding the union of theory and practice, as well as investigating the curricular structure of the discipline, through the plan of teaching prepared, considering Youth and Adult Education (EJAI). The methods and techniques used in the work were the case study at CESAS and documentary research of the Course's Pedagogical Political Project. The results obtained reinforce the need to articulate the internship with theoretical discussion for quality training of future teachers, thinking about the curricular structure and establishing guiding criteria for carrying out school practice.

Keywords: Pedagogy. Supervised internship. Education of Young People, Adults and Elderly. Theory and practice.

¹Graduanda do curso de Pedagogia; artigo refere-se à apresentação do trabalho de conclusão de curso.

²Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, do Departamento de Métodos e Técnicas e orientadora deste trabalho de conclusão de curso.

INTRODUÇÃO

(...) há um consenso de que os saberes são fundamentais a profissão docente (Tardif, 2002; Therrien, 2012; Alonso, 2000), pois tendem a fortalecer a necessidade de profissionalização, bem como promover diálogo com os saberes diversos oportunizando a valorização dos conhecimentos e saberes pedagógicos e, conseqüentemente, a transformação social. Para tanto, é fundamental paciência histórica e fortalecimento da identidade docente em seu compromisso com o conhecimento a serviço da humanidade. (Bittencourt; Oliveira; Dantas, 2022, p. 63).

A epígrafe acima, escrita por Carlos Henrique Bittencourt, Livia de Oliveira e Otília Dantas (2022), finaliza um estudo onde os autores tratam dos dilemas e desafios da educação superior no Brasil. Neste trabalho, pensando o Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI), não somente poderíamos utilizá-la pensando os dilemas e desafios, seguindo um caminho semelhante ao trilhado pelos autores, mas podemos coadunar com o exposto, demonstrando que o estágio obrigatório possibilita a aquisição de saberes que “são fundamentais a profissão docente”, fortalece a “necessidade de profissionalização” do pedagogo ou pedagoga “e, conseqüentemente, a transformação social”.

Como relembra Selma Pimenta (2010):

Aprender a profissão docente no decorrer do estágio supõe estarem atentos as particularidades e as interfaces da realidade escolar em sua contextualização na sociedade. Onde a escola está situada? Como são seus alunos? Onde moram? Como é a comunidade, as ruas, as casas que pertencem a adjacências da escola? (Pimenta, 2010, p. 111).

Atentando-se para a tríade estágio, formação integrada entre teoria e prática e transformação social no contexto das relações empreendidas, o problema que deu origem a este estudo foi: quais as aprendizagens são possibilitadas para a formação do estudante de Pedagogia no Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI)? É claro que o título, a ementa³, as referências básicas⁴ da disciplina já permitem considerar aquilo que outros estudos têm sistematizado sobre o aprendizado no estágio:

³ Fundamentação teórica do estágio supervisionado nos anos iniciais. Organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do ensino fundamental: diagnóstico da realidade escolar, observação e análise da prática docente e docência em sala de aula.

⁴ COELHO, Lígia Martha Coelho. (Org.). Língua Materna Nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - de Concepções e de Suas Práticas. Editora Vozes, 2010.2. LIMA, Maria do Socorro Lucena. A hora da prática: Reflexões sobre o Estágio Supervisionado e a Ação docente. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. BARCELOS, Valdo. Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos. 2ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. Bibliografia Complementar 1. BRASÍLIA. Currículo em Movimento da Educação Básica. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.2. BRASÍLIA. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo.

No espaço/tempo do estágio são reveladas as inquietações, descobertas, certezas e incertezas da escolha profissional, momento em que se descortinam as problematizações de um cenário complexo e de busca de soluções, num movimento de reflexão-ação-reflexão (Shön, 2000). Os alunos interagem com a realidade, refletem sobre as ações observadas e partilhadas no contexto em que estão inseridos, criando suas próprias formas de ser e agir, como futuros pedagogos. Trata-se de um momento fundamental da formação, capaz de explorar as demandas impostas diariamente na sala de aula. (Silva; Gaspar, 2018, p. 207).

Todavia, o olhar aqui, em específico, se volta para essa formação do estudante na relação com a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, considerando a instituição pública estagiada – o Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul (CESAS), o qual será caracterizado nos capítulos a seguir. Desse modo, os procedimentos metodológicos foram estruturados considerando a experiência efetiva enquanto discente como ponto de partida da análise na disciplina de estágio supervisionado vivenciada pela autora no ano de 2022⁵, bem como o entendimento de análise documental de Lüdke e André (1986) por serem uma fonte poderosa em que é possível retirar expressões particulares do PPPC do curso de pedagogia que legitimam as afirmações da presente pesquisa.

Também se destacou os apontamentos feitos no diário de bordo e as discussões realizadas em distintos espaços (dentro e fora da Universidade de Brasília).

Uma disciplina, uma formação teórico-prática: as proposições formativas no Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI)

A grande verdade é que a EJA não foi criada “por acaso ou devido à boa vontade de governantes” (SIQUEIRA, 2009, p. 39), é uma maneira de resgatar uma dívida do sistema com a população em geral. Essas dívidas se encontram dentro e fora do ambiente escolar. Dívidas sociais como a necessidade dos jovens de trabalhar cada vez mais cedo para sustentar a família e as dívidas pedagógicas, pois percebe-se também um afastamento dos alunos devido às falhas em um processo educacional que muitas vezes se mostra discriminatório e incapaz de envolver o indivíduo de maneira que este se perceba parte do processo ensino-aprendizagem. (Gouveia; Silva; 2015, p. 751).

Dialogando com Daniele Gouveia e Alcina Silva (2015) e com estudos que se voltaram para o resgate histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, é possível apontar já o

Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.3. BRASÍLIA. Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014.

⁵ Essa possibilidade está em consonância com a Resolução da Câmara Setorial de Graduação da FE nº 01/2016, artigo 2º: “O TCC deve constituir um trabalho organizado de acordo com as normas acadêmicas, apresentar coerência e importância educacional. Pode ser elaborado a partir de experiências oriundas do estágio supervisionado, da participação em projetos de iniciação à docência, iniciação científica ou de atividades de extensão cadastradas no Sistema de Extensão (SIEX) (...)”. (FE, 2016).

envolvimento da temática se considerarmos a catequização dos indígenas com a língua portuguesa (Paiva, 1973); a educação de modo de trabalho e de escolarização para os adultos que serviriam a realeza e a Igreja (Piletti, 1988); a primeira escola noturna indicada no Brasil para trabalhadores analfabetos e a Lei Saraiva, de 1881, que proibia o voto dos analfabetos (Paiva, 1973).

Como relembra Márcia Friedrich *et al.* (2010, p. 394), esta lei instituiu pela primeira vez o título de eleitor em um momento em que “o analfabetismo [...] estava associado à incapacidade e à inabilidade social”. Continuando, rememora-se as ligas contra o analfabetismo, na década de 1910; depois, como demarca Rita de Cássia Mamedio (2019):

As discussões em torno da EJA ganharam força com a Revolução de 30 com as mudanças políticas e econômicas e o processo de industrialização no Brasil. E foi com a criação do Plano Nacional de Educação, instituído na Constituição de 1934, que podemos observar a primeira política educacional, em âmbito nacional, para jovens e adultos que se estabeleceu como dever do Estado para com o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (Mamedio, 2019, p. 8).

Seguindo pela linha cronológica da história, em 1929 houve a crise do café onde houve êxodo rural em que muitas pessoas procuravam emprego, pois começava o processo de industrialização e com isso maior procura por escolarização e busca de se alfabetizar para trabalhar nas indústrias que estavam se formando, em consequência disso houve um crescimento urbano. Logo após, na década de 1940 tem-se a instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), de 1942, pelo Ministro da educação Gustavo Capanema.

Outra ação governamental ligada à educação primária foi o recolhimento de dados referente à educação supletiva, os quais foram obtidos junto ao Serviço Nacional de Recenseamento, por meio do levantamento do número de analfabetos adultos, desenvolveu-se uma Campanha de Educação de Adultos em todo país. Para a solução desse problema, foi destinado um percentual, estabelecido pelo Decreto-Lei 19.513, de 24 de agosto de 1945, em que consta, no Art. 4º, o repasse de auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário. A importância correspondente a 25% de cada auxílio federal a ser aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde (Quadros, 2014, p. 7).

Logo depois, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, voltada para os planos, debates e instituição do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. “No I Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, ainda em 1947, já se ressaltavam as especificidades das ações educativas em diferentes níveis, recomendando uma preparação mais apropriada para se trabalhar com adultos”. (Soares; Pedroso, 2016, p. 254).

Na década seguinte, foi organizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que foi extinta em 1963 devido a questões orçamentárias. Mas é através do Congresso que surge a ideia de um programa permanente de Educação de Adultos.

A partir dessa trajetória, nasce o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), dirigido por Paulo Freire e extinto com o Golpe Militar em 1964”. (Mamedio, 2019, p. 22).

Iniciativas governamentais, em formato de campanhas, como a Campanha Nacional de Adolescentes e Adultos (1947-1963) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL – 1969-1985) imprimiram suas marcas nesse campo com a ideia de que qualquer um pode alfabetizar jovens e adultos, em curto tempo, sem necessitar de muita preparação. O voluntariado, o aligeiramento, a precariedade, a improvisação e a ideia de que educar é preparar para o trabalho perduram até hoje nas formulações de ações para esse público¹. Em meio a esse panorama, outras iniciativas foram emergindo no seio da sociedade civil por meio de grupos populares, de associações comunitárias, de igrejas, de sindicatos e de movimentos sociais. Como estratégias de enfrentamento à negação do direito à educação, essas ações compõem um amplo e rico legado de experiências que, ao longo dos anos, foram se configurando com o que conhecemos hoje como educação popular. A década de 1980 representa o divisor de águas entre o período da ditadura militar e o restabelecimento do regime democrático. A sociedade civil teve importante papel na luta pelo fim da ditadura e pelo restabelecimento do estado de direito. Entre as conquistas figuram as eleições diretas e a Constituinte que redigiu uma nova carta para o país. É desse período o restabelecimento do direito de todos à educação, com a Constituição Federal de 1988 (Soares; Pedroso, 2016, p. 252).

É pertinente apontar como marco fundamental, nesta trajetória percorrida, o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a qual adotou a denominação de Educação de Jovens e Adultos como é conhecida em outros países, trazendo um fluxo de circulação dentro de um debate mundial. A Seção V da LDB, “Da Educação de Jovens e Adultos” dispõe que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, Seção V).

Trazer a Seção V da LDB nº 9.394/96 para o contexto de análise representa mais do que um decorar a legislação e sim entendê-la, considerando a discussão ao longo do estágio e da graduação em Pedagogia como letra viva, cujo conhecimento proporciona o exercício da cidadania, uma vez que se tem ciência dos seus direitos e se pode lutar pela sua efetivação.

O curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília conta como uma carga horária de 3.300h, a ser cursada em quatro anos e meio, estruturado o currículo em ensino, pesquisa e extensão, possibilitando ao graduando a articulação com a construção teórico-prática dos conhecimentos no campo da educação. (FE, 2018).

Nessa toada, surge a importância das matérias que vinculam a teoria com a prática, como os estágios supervisionados. No contexto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UNB), o estágio possui caráter relevante exposto na Resolução do Colegiado dos cursos de graduação da FE-UNB Nº 01/2022 em seu artigo 1º, inciso I, ao “[...]assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional da docência na educação infantil e anos iniciais, na gestão escolar e em espaços educativos não-escolares”. Dentro do escopo da própria resolução, os Estágios Supervisionados do curso de Pedagogia organizam-se em quatro etapas curriculares, totalizando 450 horas e 30 créditos, em concordância com as Diretrizes Curriculares das Licenciaturas - DCN, Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 que estabelece a carga horária mínima de 400 horas de estágio na área de formação (FE, 2018). Assim, são formados da seguinte maneira de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia – PPPC (FE, 2018):

Estágio Supervisionado I: Educação infantil: 120 horas (08 créditos)

Estágio Supervisionado II: Anos iniciais (criança ou adultos/EJAI): 120 horas (08 créditos)

Estágio Supervisionado III: Gestão escolar: 120 horas (08 créditos)

Estágio Supervisionado IV: Espaços educativos não escolares: 90 horas (06 créditos). (FE, 2018, p. 56).

Dentro do texto do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPPC), turno diurno, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, o documento oficial reafirma esse compromisso com a legislação vigente ao dispor que:

As DCN de 2015 também estabelecem 400 horas de estágio supervisionado na área de formação, e no caso do curso de pedagogia, docência na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, gestão escolar, bem como espaços educativos não escolares. A necessidade do estágio na formação do futuro pedagogo vai além desta exigência legal, trata-se de formação indispensável para a consolidação da relação teoria-prática. No âmbito da UnB, o estágio é regulamentado e orientado por meio de resolução própria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n.º 41/2004. A proposta para o estágio obrigatório do curso de pedagogia da FE-UnB, seguindo a legislação vigente, compreende a docência como base e a prática educativa como objeto da pedagogia. (FE, 2018, p. 55-56).

Ademais, a FE-UNB no PPPC (FE, 2018) projeta o encontro com os professores orientadores dos estágios, juntamente com os estudantes, com a finalidade da promoção de diálogos e trocas de experiências sobre os respectivos estágios. Como também, há a previsão no documento da realização de um evento anual denominado “Mostra de Estágios”. Mais especificamente, dentro do contexto da presente pesquisa, a matéria analisada refere-se ao “Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI)” composto de 8 créditos e 120 horas.

No ano de 2022, a referida disciplina foi cursada pela autora deste estudo e teve como professora a Dra. Lucimara Gomes Oliveira de Moraes. O objetivo geral presente no plano de curso se deu em articular a formação teórica com a inserção em ambientes escolares dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do estágio supervisionado.

Ressalta-se que, tal como explicitado no Plano de Ensino do 2º semestre de 2022, para integralização das 90 horas, por ser em virtude da pandemia (carga horária foi diminuída neste semestre para 90 horas), foram distribuídas da seguinte forma: 60 horas no campo de estágio divididas em inserção inicial, observação participante/inserção específica e, intervenção e prática pedagógica; e 30 horas na Faculdade de Educação destinadas para orientação do professor e relatório do estágio. As orientações aconteceram às quintas-feiras das 19h até as 22h.

Os temas trabalhados se mostraram de enorme relevância para a constituição profissional, sobretudo pelo fato de dialogarem com a prática docente. Dentre os temas discutidos e avaliados durante o semestre elenca-se: potencialidades e adversidades encontrados no âmbito escolar; análise da realidade escolar através do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), abarcando seus princípios como o de liberdade de cátedra, gestão

democrática, qualidade e igualdade; e o currículo em movimento. Os temas acima conversam, diretamente, com as bibliografias indicadas pela professora e com as discussões realizadas em sala de aula durante a disciplina de Estágio Supervisionado II.

Nas 60 horas realizadas dentro de sala de aula da FE/UnB, foram abordadas discussões relevantes para a finalidade do presente artigo. Retornando aos objetivos como “Analisar a importância do estágio supervisionado na formação de docentes em pedagogia” alinham-se aos saberes construídos coletivamente com a professora e com os estudantes. Como exemplo, as compreensões levantadas acerca da construção do currículo vivenciado e cotidiano escolar presentes no Currículo em Movimento da Educação Básica

Um campo de estágio, uma formação específica: a perspectiva do estágio na relação com EJA

Na centralidade do campo investigativo sobre Estágio Supervisionado e Prática Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos – que visava a identificar o vivido, o sentido, as percepções e as experiências em suas trajetórias de vida e durante a realização do estágio em docência, no presente –, reafirma-se em várias narrativas (auto)biográficas pelas seguintes expressões: “Me senti professor”, “Foi um choque de realidade”, “Tem professores que não gostam de estagiários”, “Dava para perceber que o professor regente não queria a gente lá”, “Precisaria de mais preparação”, “Na nossa aula deu um monte de coisas erradas, mas o professor foi bem profissional ao apontar como melhorar”, “A maior dificuldade que tive foi em relação a me relacionar com as pessoas”, demonstrando como os(as) participantes se sentiram nesse importante momento de formação (Soek; Alcoforado; Haracemiv, 2022, p. 15).

Ana Maria Soek, Joaquim Luis Alcoforado e Sonia Maria Haracemiv (2022) lidaram com os memoriais do Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos dos estudantes do curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), analisando as interações que se estabeleceram entre as dimensões pessoal e profissional na formação inicial docente.

O trecho acima apresenta algumas das narrativas dos estudantes, retiradas do campo investigativo Estágio Supervisionado e Prática Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos⁶. Para além de relatos relacionados a uma realidade específica – o estágio em Curitiba, PR – os trechos das falas dos estudantes permitem apreendermos percepções que podem ser encontradas em outras regiões e unidades escolares.

⁶ Os autores relacionam a inter-relação dos campos investigativos em Núcleos de Significação, sendo esses campos: “a identidade e a trajetória de vida em formação pela perspectiva de retrospecto; a prática pedagógica e as experiências da formação inicial docente, vivenciadas durante o estágio supervisionado na EJA, no momento presente; e a constituição da docência a partir do estágio, como constituinte do tornar-se professor(a)”. (Soek; Alcoforado; Haracemiv, 2022, p. 2).

O que nos leva a refletir sobre a pertinência da publicação e circulação desses momentos de registro das percepções dos estudantes no estágio, para que sirvam além de reflexão maior do que a realizada no âmbito do seu curso e de sua Universidade, mas uma reflexão que abarque elementos para os docentes efetivos, das salas de aula que recebem estagiários na EJAI, possam repensar suas práticas também e a relação que travam com aqueles (as) que serão seus colegas na docência e que, a partir da vivência do estágio, constroem sua aprendizagem sobre seu campo de atuação. Coadunando com o disposto em um registro que permite apontar a memória no estágio, aqui se apresenta o disposto no relatório do estágio, na Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB):

No primeiro momento que entrei na sala percebi que o professor ficou um pouco constrangido pela minha presença, mas depois fui mostrando que queria ajudar e comecei a conquistar o espaço. Fui primeiramente para uma sala da 4ª etapa onde observei que os alunos já tinham uma certa autonomia para o aprendizado e a professora ensinava-os mais utilizando o quadro e material pedagógico como apostilas e livros didáticos. Após perceber que eles tinham uma maior autonomia, solicitei ficar na 1ª etapa, onde troquei de sala e com outra professora regente. Comecei a observar que a sala tinha muitas informações na parede para ajudar a alfabetizar os alunos, com palavras e letras à disposição visual dos alunos, o que possibilitava a visualização das letrinhas para que eles pudessem ter a seu alcance e tirar dúvidas de como escrever. Havia poucos alunos em sala de aula, em um total de quatro pessoas, que a professora dava suporte a todos eles individualmente tirando suas dúvidas e assessorando no aprendizado. Foi muito gratificante poder ajudar e orientar pedagogicamente os alunos, pois pude desenvolver e trocar o aprendizado com os alunos. (Relatório, 2022, p. 8).

O campo de estágio foi o CESAS, autorizado a funcionar e iniciar suas atividades a partir do Parecer n. 19/1975 do CEDF- Conselho de educação do Distrito Federal e da instrução n. 29, de outubro de 1975. No CESAS é ofertado os 3 (três) segmentos com 11 semestres letivos. Em 2005 o CESAS também ofereceu a Educação de Jovens e Adultos – EJA a distância. Em 2015 a 2018 com parceria com CEP ETP o CESAS iniciou a oferta de Cursos Técnicos pelo Programa Federal MEDIOTE, pelo Programa Mulheres Mil e por outros cursos de Qualificação Profissional como unidade Remota por meio do PRONATEC., entre outros, como também realizar trabalho com a UNB e Centro Universitário UDF.

Para amenizar a minha presença na sala e entender o sentido da Educação de Jovens e Adultos, um dos primeiros passos foi conhecer a legislação. Depois, conhecer a instituição. O Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul (CESAS), campo do estágio em 2022, trabalha com jovens e adultos e terceira idade, sendo ofertada turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de Ensino Fundamental – anos iniciais e finais – Ensino Médio e cursos profissionalizantes. Uma rápida pesquisa na internet sobre a instituição permite encontrar uma

notícia no jornal Agência Brasília em 16/10/2023, sobre a comemoração dos cinquenta anos do CESAS, inaugurado em 16 de outubro de 1973. Segundo a folha noticiosa, no ano de 2023, com aproximadamente 1,2 mil alunos matriculados nos três turnos, o Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS) celebra 50 anos transformando vidas pela educação de jovens e adultos. É uma das escolas mais antigas do DF”, complementando que ocorreu a “inauguração da placa do jubileu de ouro da unidade e a participação de autoridades, professores e alunos da instituição.

A secretária de Educação do DF, Hélvia Paranaguá, foi homenageada (Neto, 2023, n.p.). A foto a seguir registra parte desse momento:

Figura 1: Atividade na Comemoração dos 50 anos do CESAS



Fonte: Agência Brasília, 2023 – foto de Mary Leal/SEE

Segundo a notícia vinculada, segurando o cartão, feito artesanalmente, para a câmera, está a Secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, que cumpre a função desde julho de 2021, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Na notícia não se tem a indicação de quem sejam as pessoas ali fotografadas, com seus nomes, somente que se tem docentes, estudantes e autoridades. Como destaca Etienne Baldez (2022) ao analisar fotografias de escolas paranaenses, dialogando com autores específicos:

Sontag (2003, p. 28) pontua que, independentemente de como a foto se concretiza (objeto ingênuo ou fruto de um fotógrafo experiente), “seu

significado —e a reação do espectador —depende de como a imagem é identificada ou erroneamente identificada; ou seja, depende das palavras”. (Baldez, 2022, p. 735).

Nesse caso, a fotografia é identificada na notícia com a seguinte frase: “Secretária de Educação, Hέλvia Paranaguá (D), ressaltou”: “Temos uma escola que oferta educação de qualidade ao estudante de EJA nos três turnos, e que agora oferece educação profissionalizante”. (Agência Brasília, 2023, n.p.). A imagem registra uma Secretária feliz, orgulhosa, mostrando sua produção, realizada em uma das salas da escola – considerando o quadro branco que cobre a parede ao fundo e as carteiras escolares que foram unidas para a realização da atividade e para a disposição dos materiais necessários para tal.

Nota-se, ainda, que o evento não teve somente o registro publicado, mas, seguindo a disposição do homem atrás da Secretária, ao fundo, que deve ter subido em algum lugar para ficar mais alto, a atividade contou com outros ângulos fotografados. Essa ação pode evidenciar a importância daquele momento não somente para a SEEDF, como também para os profissionais e estudantes da unidade, que guardariam seus registros pessoais daquilo que escolheram fotografar. O que permite identificar, também, talvez um sentimento de pertença, de orgulho, de fazer parte dessa história e comemoração.

Pelo tempo transcorrido na instituição ao longo do estágio, é possível evidenciar que a escola CESAS é ampla, com várias salas bem-organizadas, possui dois laboratórios de informática e salas para aulas profissionalizantes, um auditório e uma biblioteca, com estrutura boa para o aprendizado dos alunos, com quadros brancos novos, de utilização de canetas, não sendo mais quadro de giz.

Quanto à estrutura física da instituição, a escola é bem grande com salas espaçosas e bem limpas, possibilitando base adequada para que os estudantes possam se desenvolver e ter um aprendizado de qualidade. Há sempre limpeza das salas, feitas pelos profissionais da área, deixando a escola sempre limpa. Quanto ao quadro docente, foi possível notar que, em sua maioria, os professores e professoras possuíam outra graduação além do Magistério, por exemplo na área de Ciências Humanas e Direito. Além disso, possuíam outro emprego no período diurno, haja vista que as aulas que ministravam no CESAS eram no período da noite.

Voltando o olhar para os estudantes que frequentam o CESAS, observou-se pessoas de várias idades, como adolescentes e adultos de faixa etária variada, a partir de 17 anos. Os estudantes, em sua maioria, trabalhavam pela manhã e frequentavam as aulas à noite, procurando se alfabetizar e com muito interesse em aprender. Contudo, os desafios pessoais

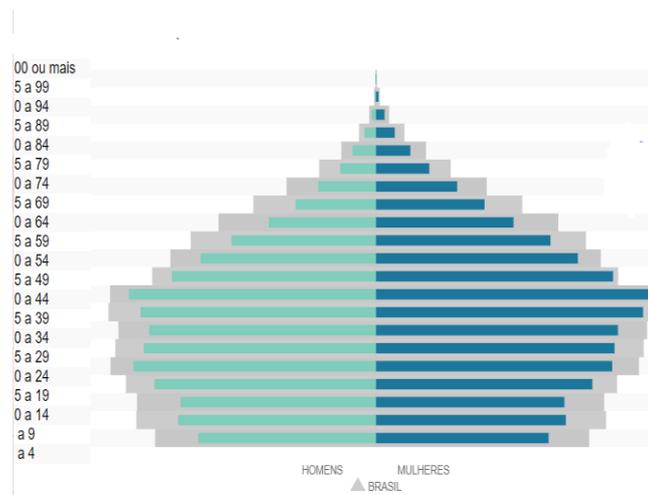
eram recorrentes e muitos não conseguiam manter o ritmo de presença constante nas aulas por motivos particulares.

Sobre o atendimento na Educação de Jovens e Adultos na rede de ensino do Distrito Federal (DF), a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) explica que:

Atualmente, há oferta de EJA em 95 escolas nas 14 Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal. Atualmente, cerca de 26 mil estudantes estão matriculados na modalidade em todo o DF. A EJA é organizada em três segmentos. O primeiro corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental. Neste segmento, as pessoas iniciarão e consolidarão o processo de alfabetização. O segundo segmento corresponde aos anos finais do ensino fundamental. Já o terceiro segmento corresponde ao ensino médio. Para se matricular nos primeiro e segundo segmentos, a idade mínima é de 15 anos completos. Para se matricular no terceiro segmento, a idade mínima é de 18 anos completos. As matrículas para a EJA podem ser feitas o ano todo, ininterruptamente, mesmo o grupo que não fez as matrículas prévias. Para isso basta comparecer com os documentos pessoais na secretaria da unidade mais próxima da residência ou trabalho do interessado. (Cantanhede, 2023, n.p.).

A publicização da oferta de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na rede pública é um importante caminho para chegar na população que precisa desse acesso. Segundo a SEEDF, existem 95 unidades na rede ofertando EJA, com 32.958 estudantes (SEEDF, 28/06/23, n.p.). A Pirâmide Etária abaixo, considerando o ano de 2022 e apontando aqui as idades de homens e mulheres, entre 15 a 19 anos⁷, permite aventar que, caso ainda não estejam esses sujeitos (as) todos (as) alfabetizados, ainda podem compor o quadro da EJA na rede, principalmente quando se considera o número já atendido, indicado pela SEEDF.

Figura 2: Pirâmide Etária do Distrito Federal - 2022



⁷ Pessoas entre 15 a 19 anos (Homens 105.447 e Mulheres 103.099); Pessoas entre 20 a 24 anos (Homens 115.443 e Mulheres 112.523); Pessoas entre 25 a 29 anos (Homens 110.513 e Mulheres 113.649). (IBGE, 2023).

Fonte: IBGE, Panorama, Cidades, 2023.

Retomando o campo de estágio, nota-se que utilizam apostilas com textos e exercícios para o aprendizado. Uma das professoras relata que “os alunos gostam muito que escreva no quadro” (Professora 1, 2022). Valdeniza Barra (2013) acompanha o uso da “lousa de uso escolar” ao longo da História da Educação no Brasil, demarcando um debate sobre cultura escolar e material, e nos permite compreender que, apesar de hoje utilizarmos quadro branco identificando o espaço onde antes estava o quadro negro ou verde, a sua colaboração para a aprendizagem ainda é muito próxima a da observada pela autora:

[...] a presença do quadro-negro redefine a disposição espacial da aula. Material coletivo de uso privilegiado do professor, o quadro-negro indica a todos da classe a lição que deve ser executada. O olhar vertical do aluno é dirigido pelo plano horizontal da lousa individual, enquanto o plano vertical do quadro-negro dá a direção horizontal do seu olhar. Há uma redefinição espacial da aula, do mobiliário escolar, especialmente dos bancos e das bancas (mesas), dos agentes e das relações de ensino. (Barra, 2013, p. 130).

Ou, ainda, coaduna-se com o exposto por Ilma Veiga (2008, p. 274), de que “a organização didática da aula como projeto colaborativo de ação imediata representa o produto de um movimento processual de reflexão e decisão, de comprometimento e criticidade”. Acompanhar a professora no quadro, verificar seus movimentos para a escrita, seus pensamentos traduzidos em falas e depois em palavras, pode ser para os (as) estudantes um exemplo e um exercício do movimento processual reflexivo que devemos realizar a todo momento da aprendizagem. Acaba que esse acompanhamento de escrita no quadro amplia as relações não somente do ensino para aqueles que ali estão presentes, como demarca a importância da cultura material escolar para a prática pedagógica.

Atentando-se para a prática docente observada, a professora seguia um cronograma estabelecido com programação da aula e os temas a serem desenvolvidos na apostila elaborada previamente pelo corpo docente. Havia a utilização de recursos audiovisuais, mas notava que a preferência dos estudantes era por aulas expositivas, como escrever no quadro e seguir a apostila. Quando não era possível aula presencial, por motivos alheios à vontade dos participantes, a professora preparava um material didático de atividade para os alunos levarem para casa a ser discutido e corrigido no próximo encontro. Foi possível notar que os alunos eram bem interessados em aprender, e, quando faltavam, mostravam empenho em fazer as tarefas passadas perdidas.

É possível destacar que, a partir da realização do estágio no CESAS, foi possível observar semelhanças e diferenças entre o ensino vivenciado em minha formação básica com o período em que estive como estagiária na Educação de Jovens e Adultos.

No estágio foi possível vivenciar a regência por meio da elaboração de uma aula em que buscou-se interpretar o texto a partir de uma música. A atividade foi bem aceita e os alunos gostaram muito, participaram cantando, de modo descontraído, e foi um recurso interessante, principalmente para trabalhar as sílabas e interpretar o texto. Eles relataram o momento como uma inovação de aprendizado, que puderam se divertir e se relacionar afetuosamente. Neste momento foi possível considerar não somente toda a formação teórica e prática realizada na disciplina de Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI), como também considerar a importância das experiências com as múltiplas linguagens na nossa intencionalidade pedagógica e das relações interpessoais. Como nos lembra Moacir Gadotti (2004):

A escola precisa ser reencantada, encontrar motivos para que o aluno vá para os bancos escolares com satisfação, alegria. Existem escolas esperançosas, com gente animada, mas existe um mal-estar geral na maioria delas. Não acredito que isso seja trágico. Essa insatisfação deve ser aproveitada para se dar um salto. Se o mal-estar for trabalhado, ele permite um avanço. Se for aceito como uma fatalidade, ele torna a escola um peso morto na história, que arrasta as pessoas e as impede de sonhar, pensar e criar. (Gadotti, 2004, p. 73).

Um dos desafios para desenvolver a atividade com os adultos que faziam parte da turma acompanhada durante o estágio era fazer com que fossem para a aula, pois alguns, por motivos pessoais, às vezes não conseguiam manter a permanência. Todavia, observou-se que, quando compareciam, estavam sempre interessados no processo de aprendizagem. E cabe a todos os partícipes da educação atentar-se para esse interesse e acolher a participação desses estudantes que, de acordo com seus contextos de vida, que os levaram a estar na escola na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, agora precisam efetivamente do olhar docente para suas especificidades e interesses.

Enfatiza o autor José Geraldo Bueno (2001) ao tratar da função social da escola e do trabalho pedagógico:

Como espaço de convivência que favoreça o exercício da cidadania, a escola possui formas de organização, normas e procedimentos que não são meramente aspectos formais de sua estrutura, mas se constituem nos mecanismos pelos quais podemos permitir e incentivar ou, ao contrário, inibir e restringir as formas de participação de todos os membros da comunidade escolar. Nesse sentido, uma escola que pretende atingir, de forma gradativa e consistente, crescentes índices de democratização de suas relações institucionais não pode

deixar de considerar, como parte integrante de seu projeto, o compromisso de participação. (Bueno, 2001, p. 6).

Historicamente, como demonstra Antônio Sobrinho (2018), o estágio supervisionado foi pensado de modo integrado com as práticas pedagógicas formativas exercidas pelos (as) professores (as) no âmbito do Departamento de Métodos e Técnicas (MTC). Relembrando o período de criação e reformas curriculares ocorridas entre os anos de 1966 a 2016, principalmente no trecho sobre o documento Princípios e Compromissos Básicos da Instituição, o autor evidencia que:

Paralelamente à mobilização, visando à reforma curricular do curso de Pedagogia, diversos grupos de professores, por meio de projetos experimentais, nos quais se articulavam o ensino, a pesquisa e a extensão, ensaiavam e antecipavam vários formatos acadêmicos que, posteriormente, foram incorporados à proposta curricular de 1988. A professora Sandra Vivacqua, que participou intensamente de todo esse processo, afirma que **desde 1984 havia uma ampla participação de professores e alunos na transformação estrutural do modelo pedagógico dos estágios supervisionados.** (Sobrinho, 2018, p. 106 – grifo nosso).

O trecho permite indicar que a formação da docência pelo estágio não se dá somente pela matrícula e presença no componente curricular aqui investigado, como tem o perfil de ser uma formação que já possuiu a participação de estudantes na discussão de sua estrutura, ao longo das reformulações curriculares. Assim, democratizar o ensino de aprendizagem deve partir da vivência individual de cada aluno, em especial no contexto de Educação de Jovens e Adultos, para que seja de forma plena a efetivação do exercício da cidadania

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se, por meio de diferentes estudos da área e pela experiência como discente, que a formação docente em Pedagogia é importante para o conhecimento científico e formação qualificada de docentes, sobretudo, para os trabalhos sociais de educação.

Nesta toada, o estágio se faz de fundamental importância para que o estudante tenha o primeiro contato com o ambiente escolar antes de sua formação completa, podendo se ambientar e absorver experiências primeiras de forma a enriquecer a *práxis* estudantil.

Alinhado com o objetivo geral da pesquisa – analisar a importância do Estágio Supervisionado na formação docentes de Pedagogia” –, reafirmamos que o Estágio Supervisionado é uma etapa fundamental na formação dos alunos de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

No contexto do presente estudo, a disciplina Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI) demonstrou uma crucial integração entre teoria e prática vivenciada no contexto do CESAS - Asa Sul. Esta experiência proporcionou para a formação da autora oportunidades de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso e desenvolver habilidades práticas para o exercício da docência.

A partir da compreensão da experiência vivenciada a partir da união da teoria e da prática percebeu-se que a o estágio é um autêntico laboratório vivo de aprendizagem onde oportuniza materializar os conceitos aprendidos em sala de aula. Durante a imersão no CESAS - Asa Sul, foi possível experimentar diferentes metodologias de ensino, e conceber os mais variados desafios dentro do espaço educacional. Essa prática permitiu a aplicação e adaptação dos conhecimentos teóricos vinculados a situações concretas.

Outro fator relevante, percebido pela compreensão experienciada, foi a diversidade dos alunos e as particularidades de cada um. Foi possível notar que é preciso ao professor desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas de cada realidade em cada contexto escolar. O espaço dentro de uma sala de aula é heterogêneo e plural, cada situação torna-se potenciais catalisadores para uma aprendizagem crítica e transformadora. No âmbito do EJAI, a educação torna-se instrumento essencial para apoiar os alunos a entenderem sua realidade e perspectiva.

Além disso, por meio da investigação da estrutura curricular da disciplina Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI) verificou-se a necessidade da disciplina. A vertente teórica do estágio motivou a autora a refletir sobre suas práticas pedagógicas. O diálogo entre teoria e prática fomenta uma discussão mais aprofundada sobre o processo educacional.

Ainda, é relevante afirmar a indispensável mediação dos professores orientadores de estágio, tal como a professora Dra. Lucimara, pois desempenham o papel de norteadores do processo ensino e aprendizagem. É possível identificar desafios e traçar propositivas, a partir das reflexões orientadas, desenvolvimento estratégias. Esse processo de construção de saberes é essencial para formar profissionais reflexivos e conscientes da sua função educacional.

O Estágio Supervisionado possui atuação insubstituível na formação em pedagogia. A vinculação entre teoria e prática permite uma abordagem abrangente para a formação acadêmica, auxiliando futuros professores para a sala de aula. A experiência garante o contato com diversas realidades e contexto, e para isso deve-se preparar os futuros professores para os reais desafios em sala de aula. Logo, a prática proporciona o desenvolvimento de habilidades cruciais, enquanto a teoria promove uma compreensão crítica e reflexiva.

Nesse sentido, finalizo este estudo demarcando que o Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI), realizado na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, permitiu, coadunando com o disposto por José Geraldo Bueno (2001), a integração da estagiária com a comunidade escolar (estudantes, docentes, coordenadores, gestores, profissionais diversos, família), por meio da participação efetiva nas ações pensadas no período em que esteve estagiando.

A partir da experiência vivenciada, foi possível traçar e já apontar para as minhas perspectivas futuras como pedagoga em sala de aula com meus futuros alunos na abordagem a ser aplicada, como mediadora no aprendizado na formação pedagógica de cada um, de forma a incentivar o aprendizado e desenvolvimento do conhecimento prévio. É gratificante poder ajudar a transformar o processo de aprendizagem mais efetivo que traga uma melhor abordagem na vivência de cada aluno, democratizando o ensino para que os alunos tenham uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASÍLIA. **Escola para jovens e adultos no DF comemora 50 anos transformando vidas.** Fotografia de Mary Leal/SEE. Edição: Chico Neto. Agência Brasília, DF, 16 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/10/16/escola-para-jovens-e-adultos-no-df-comemora-50-anos-transformando-vidas/> Acesso nov. 2023.
- BALDEZ, Etienne. O fotógrafo vai à escola: Os usos da fotografia escolar por parte dos dirigentes da instrução pública primária (Paraná, Brasil, 1910-1950). **Revista Diálogo Educacional**, 22(73), 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28836> Acesso nov. 2023.
- BARRA, Valdeniza M. L. da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. *Educar em Revista*, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KLsQrbTwjvBmszsQyqGtssc/?format=pdf&lang=pt> Acesso nov. 2023.
- BITTENCOURT, Carlos Henrique S.; OLIVEIRA, Livia G.; DANTAS, Otília Maria A. N. A. A educação superior no Brasil: dilemas e desafios. In: **Docência na educação superior: formação e prática.** Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (organização). Jundiaí, SP: Paco, 2022. p. 51-65.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso nov. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista [online]**. N. 17, 2001. pp. 101-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.222> Acesso jan. 2022.

UNB/FE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia – PPPC**. Brasília/DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 178 páginas, 2018.

UNB/FE. **Resolução da Câmara Setorial de Graduação da FE nº 01/2016**. Faculdade de Educação, UnB: Brasília, 2016. Disponível em: https://fe.unb.br/images/Graduacao/Presencial/docs/Resoluo_01-2016_Trabalho_de_Concluso_de_Curso.pdf Acesso nov. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2009.

GOUVEIA, Daniele da S. M.; SILVA, Alcina M. T. B. da . A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 17, n. 3, p. 749–767, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/c6HXpsJSv3CYrMcPNrqMY9S/#> Acesso nov. 2023.

IBGE. Distrito Federal. Pirâmide Etária. Panorama. Cidades.2022. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama> Acesso nov. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAMEDIO, Rita de Cassia da C. **A EJA como direito na legislação e na política educacional brasileira: uma análise da década de 1930 ao contexto atual**. Orientação: Fábio do Nascimento Fonsêca. Monografia (Graduação) - UFPB/CE: João Pessoa, 2019. 61 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16274/1/RCCM01102019.pdf> Acesso nov. 2023.

NETO, Chico. AGÊNCIA BRASÍLIA. **Escola para jovens e adultos no DF comemora 50 anos transformando vidas**. Edição: Chico Neto. Agência Brasília, DF, 16 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/10/16/escola-para-jovens-e-adultos-no-df-comemora-50-anos-transformando-vidas/> Acesso nov. 2023.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. O estágio e a formação inicial e contínua de professores. In: **Estágio e docência**. São Paulo, 2010.

QUADROS, Raquel dos S. Ensino primário, expressão de um plano de educação no período de 1934 a 1945. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1294-0.pdf Acesso nov. 2023.

SEEDF. Nossa Rede. **EJA**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: Brasília, DF, 5/11/19 às 9h35 - Atualizado em 28/06/23 às 12h23. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/eja-2/> Acesso nov. 2023.

SILVA, Hafla I.; GASPAR, Mônica. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205–221, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/hX97HhvkMZnDnkxLyJtVXzr/#> Acesso nov. 2023.

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhavando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 251–268, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kjw6ycd5qY688cL3Hh6JmKf/#> Acesso nov. 2023.

SOBRINHO, Antonio F. Departamento de Métodos e Técnicas (MTC): percursos, memórias e identidades. In: **FE 50 anos: 1966-2016: memória e registros da história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília / Livia Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar, Wivian Weller, [organizadores].** – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2018. 420 p. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/104/280/981> Acesso nov. 2023.

VEIGA, Ilma P. A. A organização didática da aula. In: VEIGA, Ilma P. A (Org.). **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas.** Campinas, SP: Papirus, 2008.